



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



Segunda - feira, 11 de Agosto de 2025 | Ano VI, n.º 87 | **Presidente:** Prof. Adriano Nuvunga | **Português**

Feira Nacional dos Defensores de Direitos Humanos: Inspiração e força para a luta colectiva

- A Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) realizou no dia 1 de Agosto de 2025 a Feira Nacional dos Defensores de Direitos Humanos, sob o lema “Unir Vozes, Fortalecer Coragens e Proteger quem Defende”. O encontro reuniu mais de 76 individualidades do Governo, Organizações da Sociedade Civil, Jornalistas, Defensoras e Defensores oriundos do Sul, Centro e Norte do país, repartidos em 37 Homens e 39 Mulheres para debater e reforçar o papel crucial dos defensores de direitos humanos.



Subordinada ao tema “Direitos Humanos em Risco, Defensores em Resistência”, a sessão de abertura reuniu figuras-chave dos Direitos Humanos em Moçambique para fazer uma radiografia da situação actual dos direitos humanos,

destacando as crescentes ameaças à resiliência dos Defensores e desafios atrelados a defesa da dignidade e da justiça no país.

A Feira Nacional surge como resposta à necessidade de dar maior visibilidade ao papel essen-

cial dos defensores de direitos humanos e criar espaços seguros, inclusivos e solidários para o seu fortalecimento. Num contexto em que os defensores de direitos humanos enfrentam ameaças constantes como intimidações, perseguições judiciais, desaparecimentos forçados e tentativas de silenciamento, a iniciativa reafirmou o compromisso

colectivo com a salvaguarda da dignidade humana.

Durante a primeira sessão, a Dra. Paula Monjane conduziu o debate, apontando os desafios e impactos enfrentados pelos defensores no terreno e, sobretudo, sobre os avanços e retrocessos vividos ao longo dos anos.



O Prof. Adriano Nuvunga, Presidente da RMDDH, abriu a sessão com um discurso sobre os riscos enfrentados pelos defensores no país, sobretudo os jornalistas, com destaque para o caso do assassinato de Anastácio Matavele, tendo enfatizado a necessidade de um ambiente mais seguro para o trabalho daqueles que se dedicam incansável e continuamente à causa dos direitos humanos, alertando para a crescente restrição do espaço cívico e a importância da solidariedade entre os activistas.

Apelou também ao Governo para que reconheça formalmente e proteja os defensores, garantindo que as leis e políticas existentes sejam aplicadas de forma efectiva. A sua mensagem central foi um chamado à união e à solidariedade, reforçando que a protecção dos direitos humanos é uma responsabilidade colectiva.



O Prof. Adriano Nuvunga

Sua Excia. Dr. Taurique Abdala, Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, no acto de abertura oficial do evento, durante a sua intervenção trouxe a perspectiva institucional do Estado sobre a protecção dos direitos humanos, reforçando o compromisso do Estado em colaborar com a sociedade civil, para garantir a aplicação das leis e a protecção dos cidadãos.

Frisou que “defender os direitos humanos é um exercício de coragem e um compromisso cívico”; reconheceu ainda a importância da Sociedade Civil e dos defensores de direitos humanos como parceiros essenciais na construção de uma sociedade democrática. Terminou o seu discurso com uma mensagem de colaboração e abertura ao diálogo.



Sua Excia. Dr. Taurique Abdala

O Dr. Égide Tamele, Técnico Superior da Direcção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania, complementou a visão governamental, citando as iniciativas e os desafios na implementação de políticas públicas que visam fortalecer a cidadania e os direitos fundamentais em Moçambique. Destacou a importância da educação e da sensibilização pública sobre os direitos humanos, bem como a necessidade de reforçar a capacidade das instituições do Estado para lidar com casos de ameaças ou violência contra defensores.

Égide Tamele destacou que o respeito pelos direitos humanos era um pilar fundamental da Constituição da República de Moçambique e que o Governo estava a trabalhar para garantir que essa promessa constitucional se materializasse na vida de todos os cidadãos. *“Os direitos humanos devem ser uma bandeira de todos nós enquanto cidadãos moçambicanos”,* disse.



Dr. Égide Tamele

Numa abordagem internacional, a Oficial de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, Dra. Nora Serrat, começou por enaltecer o trabalho desenvolvido pela RMDDH, destacando o seu papel importante na defesa e protecção dos defensores de direitos, tendo acompanhado este momento fazendo menção à importância da cooperação global e do apoio das Nações Unidas na protecção dos defensores de direitos humanos e reforçando a importância da sociedade civil na monitoria e denúncia de abusos. Na sua intervenção, Nora Serrat chamou a atenção para o crescente índice de violações de direitos humanos registados no período pós-eleitoral, desde a história de Moçambique democrático e sublinhou a necessidade de uma acção coordenada entre Governo, Organizações da Sociedade Civil e a comunidade internacional para enfrentar os desafios globais e locais.

Nora Serrat ressaltou que a protecção dos defensores era uma prioridade global da ONU e que as Nações Unidas estão prontas para continuar a



Dra. Nora Serrat

apoiar Moçambique na implementação de padrões internacionais de direitos humanos, incentivando a continuidade do diálogo e da colaboração.

Na sequência das actividades, seguiu-se o painel **Juventude, Inovação e Sustentabilidade – Novas Fronteiras na Defesa dos Direitos Humanos**.



Num contexto de constantes transformações, os desafios aos direitos humanos são cada vez mais complexos, principalmente para os jovens que em muitas situações tomam a linha da frente, carre-

gando consigo novas formas de advocacia através de soluções tecnológicas, de modelos sustentáveis e inovadores para a continuidade do espaço em Moçambique.

Num debate acesso, a Directora Executiva da Saber Nacer, Camila Fanheiro, destacou que os desafios na defesa dos direitos humanos em Moçambique começam com o direito à vida, onde, apesar de o Estado ter ratificado diversos acordos, a aplicação dos mesmos é deficitária. Fanheiro exemplificou essa realidade com a violência obstétrica em hospitais públicos, um problema que afecta directamente as mulheres e é uma clara evidência de que a inovação na garantia de direitos é uma “miragem”. A persistência dessas dificuldades em nível comunitário, que afectam homens, mulheres, rapazes e crianças, demonstra a distância entre o que é prometido e o que é devido.



Dra. Camila Fanheiro

Neide Martins, Coordenadora da RMDDH, chamou todos à reflexão sobre os desafios da realidade do jovem defensor de direitos humanos em Moçambique, desde a locomoção (meio de transporte) às acções e consequências num ambiente de constante obstrução do Espaço Cívico em Moçambique.

A defensora enfatizou a importância da capacitação contínua para fortalecer o activismo juvenil, evidenciando o papel estratégico que organizações nacionais e internacionais desempenham no desenvolvimento e apoio desses jovens defensores.

Sublinhou a necessidade de ampliar a inclusão dos jovens em espaços de debate e tomada de decisão relevantes, garantindo a participação activa desta geração nas discussões cruciais para a promoção e defesa dos direitos humanos. A Coordenadora também salientou a relevância do intercâmbio intergeracional, destacando que a transmissão de experiências e conhecimentos dos defensores mais experientes era fundamental para o fortalecimento e sustentabilidade do movimento.

Martins reiterou que os jovens defensores actuavam plenamente conscientes dos riscos inerentes a esta actividade, realçando que a defesa dos direitos



Dra. Neide Martins

humanos representava, acima de tudo, um compromisso de “amor ao próximo”. Por fim, defendeu a necessidade de um apoio genuíno e comprometido a estes agentes, fundamentado na causa e não em conveniências passageiras.

Engenheiro David Fardo, Presidente do Parlamento Juvenil, reiterou a importância da conscientização sobre os direitos e deveres dos cidadãos, tendo afirmado que eventos como a Feira Nacional dos Defensores de Direitos Humanos são fundamentais para que os activistas se reconheçam como guardiões dos direitos, sem a necessidade de validação externa. Fardo questionou a declaração do Secretário Permanente do Ministério da Justiça, que definiu a defesa dos direitos humanos como um “exercício de coragem”. Ele levantou a dúvida sobre se essa coragem é necessária, porque os defensores são frequentemente vítimas ou se a afirmação é apenas uma “isca” para uma colaboração superficial. Fardo, também, apontou a contradição de o Estado, que, embora signatário de cartas internacionais, ser o principal violador dos direitos humanos.

A barreira linguística foi identificada como outro desafio que compromete o avanço da juventude, limitando a sua capacidade de interagir e progredir em contextos africanos e internacionais.



Engenheiro David Fardo

Issufo Chale, Coordenador de Programas e de Finanças no Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), falou da persistência dos desafios e da necessidade de inovação. Sublinhou que os desafios enfrentados pela juventude, como o desemprego, a falta de acesso a transportes e a serviços de saúde, persistiam há mais de duas décadas. Essa persistência sugere que as soluções actuais não são suficientes e que uma verdadeira inovação é necessária para superar as dificuldades enraizadas.

As discussões apresentadas mostram um cenário complexo e desafiador em Moçambique, onde a juventude enfrenta uma série de barreiras para exercer os seus direitos. A inovação na defesa desses direitos é vista como um ideal distante, em grande parte devido à persistência de problemas estruturais e à falta de um espaço cívico seguro. A actualização dos defensores de direitos humanos, embora essencial, é feita num ambiente de risco.



Dr. Issufo Chale



Side Event 1

Para além dos painéis centrais, houve um segundo momento em que os participantes se reuniram em sessões paralelas para discutir sobre *"Mulheres Defensoras e os Desafios da Protecção em Moçambique"* e *"Comunicação, Narrativas e Liberdade de Expressão"*.



O debate teve início com a intervenção da Dra. Valuadar Monjane, que apresentou uma análise crítica e contextual dos múltiplos desafios enfrentados pelas mulheres defensoras de direitos humanos no país. A oradora sublinhou que, para além dos riscos comuns a todos os defensores, as mulheres estão sujeitas a formas de violência e intimidação específicas, profundamente marcadas

por dinâmicas de género, como o assédio sexual, a violência baseada no género e o estigma social. Trouxe exemplos concretos e reais de defensoras que sofreram perseguições, agressões e ameaças no exercício da sua actividade, ilustrando a fragilidade dos mecanismos de protecção existentes e a solidão vivida por muitas destas mulheres no terreno.



Dra. Valuadar Monjane

“

A oradora sublinhou que, para além dos riscos comuns a todos os defensores, as mulheres estão sujeitas a formas de violência e intimidação específicas, profundamente marcadas por dinâmicas de género, como o assédio sexual, a violência baseada no género e o estigma social.

”

Seguiu-se a intervenção da Dra. Ferosa Zacarias, que destacou o papel fundamental das mulheres advogadas defensoras de direitos humanos, especialmente durante as recentes manifestações no país. Zacarias deu visibilidade ao trabalho incansável dessas profissionais que, muitas vezes em contextos de repressão e insegurança, garantiram apoio jurídico a centenas de moçambicanos detidos arbitrariamente por exercerem os seus direitos fundamentais. Enfatizou que este trabalho colectivo das mulheres advogadas foi decisivo para assegurar a liberdade de expressão, o direito ao protesto e à protecção legal dos manifestantes. A sua apresentação foi também um apelo ao reconhecimento e valorização do contributo das mulheres defensoras nas lutas sociais em Moçambique.



Dra. Ferosa Zacarias

André Mulungu apresentou uma análise aprofundada dos mecanismos de protecção nacionais e internacionais existentes para salvaguardar os direitos das mulheres defensoras de direitos humanos. Para além dos mecanismos, apresentou instrumentos legais que regulam políticas públicas e redes de apoio disponíveis, sublinhando as suas potencialidades, mas também as suas limitações na resposta efectiva às necessidades específicas das defensoras. Mulungu apelou à necessidade de uma maior articulação entre o Estado, a sociedade civil e os parceiros internacionais para a criação de estratégias de protecção mais eficazes, sensíveis ao género e adaptadas ao contexto moçambicano.



Dr. André Mulungo

Side Event 2

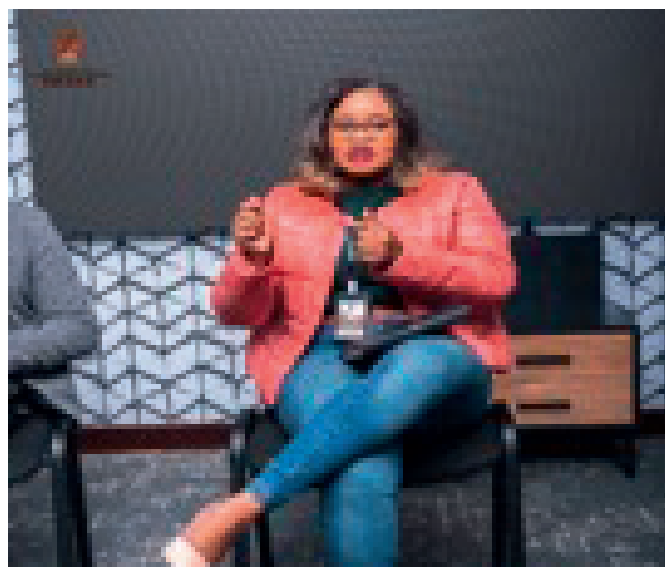
A Força das Narrativas na Construção do Espaço Cívico e na Defesa dos Direitos Humanos foi destaque na sala presidida por figuras proeminentes na comunicação e no activismo social, como a Jornalista Slaide Mutemba, o Jornalista e activista Clemente Carlos, a Jornalista Sheila Wilson e o representante do Fórum das Rádios Comunitárias, Naldo Chivite, a quem lhes coube responder “Como as Narrativas Moldam o Espaço Cívico e o Papel da Comunicação na Resistência e Defesa dos Direitos Humanos”.

Apesar dos desafios, a resiliência dos jornalistas moçambicanos é notável. Com o apoio de organizações da sociedade civil, como o MISA Moçambique (Instituto de Mídia da África Austral), o CDD e o uso de plataformas *online*, muitos jornalistas continuam a produzir trabalho de qualidade e a denunciar injustiças.

As rádios comunitárias, em particular, desempenham um papel vital ao dar voz às comunidades locais e cobrir questões que os *media* nacionais ignoram. Elas são um exemplo claro de como a comunicação pode ser uma ferramenta de empoderamento cívico e resistência.

Slaide Mutemba destacou a importância de uma comunicação que vai além do factual, abraçando a empatia e o contexto. Segundo a jornalista, ao dar voz às comunidades marginalizadas, o jornalismo transforma-se num acto de resistência, expondo injustiças e humanizando as vítimas de violações de direitos. Ela enfatizou que uma narrativa eficaz não apenas informava, mas também mobilizava à acção, incentivando a participação cívica e a solidariedade.

Por sua vez, o jornalista e activista Clemente Carlos sublinhou o papel crucial dos jornalistas como guardiões da verdade e defensores dos direitos humanos. Ele partilhou a sua experiência em reportar sobre questões sensíveis, como a corrupção e a violência política, sublinhando a persistência e a coragem como essenciais para enfrentar as tentati-

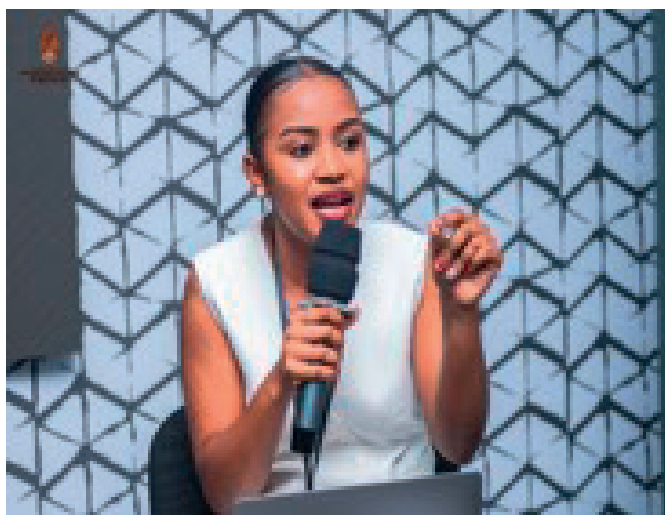


Dra. Slaide Mutemba

vas de silenciamento. O jornalista argumentou que a comunicação não era um fim em si mesma, mas uma ferramenta poderosa para a denúncia e a mudança social, desafiando as narrativas dominantes que muitas vezes servem para legitimar o poder e a opressão. Outrossim, deixou ficar claro que a defesa dos direitos humanos estava acima da sua profissão, daí que várias vezes se viu obrigado a deixá-la em segundo plano.



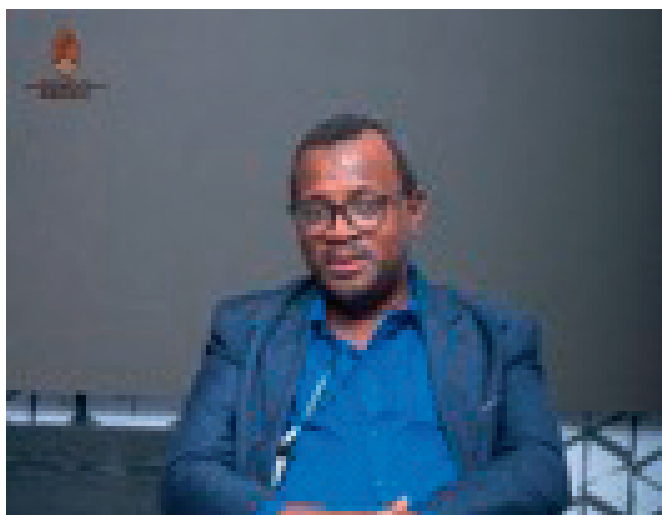
Dr. Clemente Carlos



Dra. Sheila Wilson

Sheila Wilson, Jornalista de Direitos Humanos, trouxe para a discussão a dimensão das novas tecnologias e das redes sociais. Alertou para o “duplo game” da tecnologia: se, por um lado, ela democratiza a produção e circulação de informações, por outro, pode ser usada para disseminar a desinformação e o discurso de ódio. Wilson destacou o papel fundamental da alfabetização mediática para que os cidadãos possam discernir entre o verdadeiro e o falso, e se tornem produtores de narrativas que defendam a verdade e a dignidade humana.

Durante o debate, os jornalistas chamaram atenção para os casos de Ibrahim Mbaruco e Arlindo Chissale, desaparecidos em circunstâncias até aqui não esclarecidas, o que mina o exercício da



Dr. Naldo Chivite

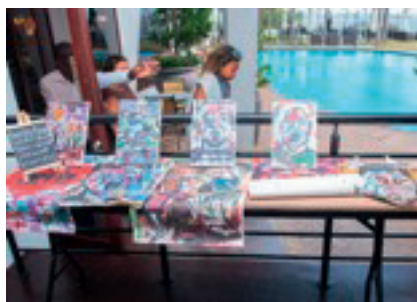
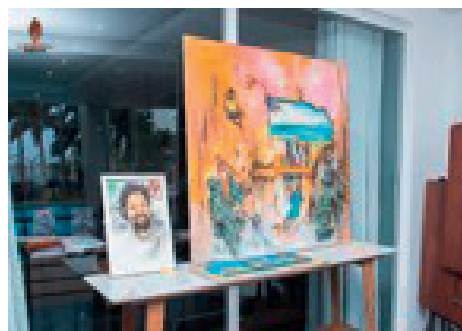
Complementando estas perspectivas, o representante do Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM), Naldo Chivite, salientou a relevância das rádios comunitárias como pilares da comunicação local e do empoderamento cívico. O Jornalista explicou que, ao dar voz às preocupações e histórias da comunidade, estas rádios fortalecem a identidade local, promovem a coesão social e criam um espaço onde o debate e a participação são possíveis. Chivite enfatizou que, num país com a vasta diversidade, as rádios comunitárias eram a espinha dorsal de uma comunicação que respeita e reflecte a pluralidade de vozes e culturas.

classe e o usufruto pleno da liberdade da imprensa e do direito à informação, exigindo, igualmente, uma investigação pelas autoridades.

III sessão - FEIRA LIVRE E INTERACTIVA

Promover o empreendedorismo social, a criatividade local e novas formas de sustentabilidade para os defensores e suas organizações

A Feira Nacional dos Defensores de Direitos Humanos demonstrou de forma vibrante como a arte pode ser uma ferramenta poderosa na defesa e promoção dos direitos humanos. O evento transformou o espaço em uma galeria viva, onde a expressão artística se tornou o principal meio para consciencializar e celebrar a diversidade.





REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Almejamos um país livre e seguro para os Defensores dos Direitos Humanos, um ambiente favorável ao desenvolvimento das comunidades e ao envolvimento da juventude como potenciais Defensores dos Direitos Humanos.

We aspire to a nation where Human Rights defenders can operate freely and securely, fostering community development and empowering youth to become effective advocates for Human Rights.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: RMDDH
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Kingdom of the Netherlands



PROJECTO

Pro-Cívico &
Direitos Humanos

implementado por:

IMD CESC



SUOMI
FINLAND

Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo - Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org [@RMDDH_Moz](https://twitter.com/RMDDH_Moz) [rmddh_moz](https://www.instagram.com/rmddh_moz)
 Facebook: [@RMDDHMoz](https://www.facebook.com/RMDDHMoz) redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **LinkedIn**: [rmddh](https://www.linkedin.com/company/rmddh)